

## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da  
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZÔNIA OCIDENTAL  
E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB UNI  
Goiânia/GO

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazônia Ocidental e Município de Ubá – Sicoob Uni, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Uni em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

As demonstrações contábeis do Sicoob Uni para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 23 de março de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 28 de março de 2018.



  
Vinícius Gasparino Rezende de Souza  
Contador CRC DF – 019168/O-6  
CNAI 2068

  
Nestor Ferreira Campos Filho  
Contador CRC DF – 013421/O-9  
CNAI 1727



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL. AMAZÔNIA OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI

CNPJ: 04.243.780/0001-51

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2017	2016	Discriminação	NOTA	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>1.081.887.782</b>	<b>809.662.750</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.034.330.686</b>	<b>774.553.798</b>
Disponibilidades		1.119.174	204.194	Relações Interfinanceiras	13	1.025.873.104	762.480.743
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	05	964.952.860	627.799.798	Centralização Financeira - Cooperativas		1.025.873.104	762.480.743
Títulos e Valores Mobiliários	06	114.876.066	180.019.017	Outras Obrigações		8.457.582	12.073.055
Operações de Crédito	07	-	335.878	Sociais e Estatutárias	14a	923.744	1.083.880
Operações de Crédito - Setor Privado		-	345.104	Fiscais e Previdenciárias	14b	330.270	327.951
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		-	(9.226)	Diversos	14c	7.203.568	10.661.224
Outros Créditos	08	876.854	1.227.639				
Diversos		876.854	1.227.639				
Outros Valores e Bens	09	62.828	76.224				
Despesas Antecipadas		62.828	76.224				
<b>Não Circulante</b>		<b>23.416.854</b>	<b>19.425.986</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>70.973.950</b>	<b>54.534.938</b>
Realizável a Longo Prazo		714.197	722.205	Capital Social	16a	58.766.731	45.395.789
Outros Créditos	15	714.197	722.205	Reserva de Sobras	16b	1.661.343	1.320.446
Investimentos	10	20.058.606	16.432.989	Reserva Especial		9.523.186	5.113.678
Ações e Cotas		20.058.606	16.432.989	Sobras do Exercício	16d	1.022.690	2.705.025
Imobilizado de uso	11	2.287.322	1.991.537				
Outras Imobilizações de Uso		1.736.679	1.226.567				
Imóveis de Uso		1.605.441	1.605.441				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.054.798)	(840.471)				
Intangível	12	356.729	279.255				
Softwares		884.548	684.259				
(-) Amortizações Acumuladas		(527.819)	(405.004)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.105.304.636</b>	<b>829.088.736</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.105.304.636</b>	<b>829.088.736</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Clidenor Gomes Filho  
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato  
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL. AMAZÔNIA OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI  
CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstração das Sobras e Perdas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2017	2017	2016 Reapresentado
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>18a</b>	<b>44.304.097</b>	<b>93.336.726</b>	<b>86.452.693</b>
Operações de Crédito		15.290	26.041	224.385
Rendas de Aplicações		37.982.049	75.743.591	68.381.797
Títulos e valores mobiliários		6.306.758	17.567.094	17.846.511
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>5.006</b>	<b>9.226</b>	<b>14.937</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		5.006	9.226	14.937
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>44.309.103</b>	<b>93.345.952</b>	<b>86.467.630</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERAC.</b>		<b>(41.710.943)</b>	<b>(85.120.004)</b>	<b>(72.252.293)</b>
Receitas de Prestação de Serviços		-	-	214.137
Despesas de Pessoal	<b>18b</b>	(4.240.098)	(8.049.830)	(7.435.189)
Outras Despesas Administrativas	<b>18c</b>	(1.288.003)	(2.224.846)	(2.003.637)
Despesas Tributárias		(25.807)	(52.501)	(46.945)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		-	-	57.258
Outras Receitas Operacionais	<b>18d</b>	8.311.680	18.703.763	23.444.746
Outras Despesas Operacionais	<b>18e</b>	(44.468.715)	(93.496.590)	(86.482.663)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>2.598.160</b>	<b>8.225.948</b>	<b>14.215.337</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>18f</b>	<b>(872)</b>	<b>(872)</b>	<b>11.968</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.</b>		<b>2.597.288</b>	<b>8.225.076</b>	<b>14.227.305</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		-	-	<b>(3.843)</b>
Provisão para Imposto de Renda		-	-	(1.801)
Provisão para Contribuição Social		-	-	(2.042)
<b>RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>2.597.288</b>	<b>8.225.076</b>	<b>14.223.462</b>
Juros Sobre o Capital Proprio		(4.816.109)	(4.816.109)	(5.198.999)
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>(2.218.821)</b>	<b>3.408.967</b>	<b>9.024.463</b>
<b>PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS</b>		<b>(2.386.277)</b>	<b>(2.386.277)</b>	<b>(6.319.438)</b>
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(340.897)	(340.897)	(909.388)
Fundo de Reserva		(340.897)	(340.897)	(901.675)
Reserva Especial		(1.704.484)	(1.704.484)	(4.508.375)
<b>SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO / SEMESTRE</b>		<b>(4.605.098)</b>	<b>1.022.690</b>	<b>2.705.025</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Clidenor Gomes Filho  
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato  
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL. AMAZÔNIA OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI  
CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Fundo de Reserva	Reserva Especial	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>34.255.527</b>	<b>418.771</b>	<b>605.303</b>	<b>363.182</b>	<b>35.642.782</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	6.829.945	-	-	-	6.829.945
Distribuições de Sobras	-	-	-	(363.182)	(363.182)
Devolução de Capital	(780.226)	-	-	-	(780.226)
Incorporação de Juros ao Capital	5.090.543	-	-	-	5.090.543
Sobras	-	-	-	9.024.463	9.024.463
Destinação das Sobras:					
Reserva Legal	-	901.675	-	(901.675)	-
Reserva Especial	-	-	4.508.375	(4.508.375)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(909.388)	(909.388)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>45.395.789</b>	<b>1.320.446</b>	<b>5.113.678</b>	<b>2.705.025</b>	<b>54.534.937</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	8.647.101	-	-	-	8.647.101
Destinação das Sobras para a Reserva Especial	-	-	2.705.025	(2.705.025)	-
Devolução de Capital	(88.567)	-	-	-	(88.567)
Incorporação de Juros ao Capital	4.812.409	-	-	-	4.812.409
Sobras	-	-	-	3.408.967	3.408.967
Destinação das Sobras:					
Reserva Legal	-	340.897	-	(340.897)	-
Reserva Especial	-	-	1.704.484	(1.704.484)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(340.897)	(340.897)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>58.766.731</b>	<b>1.661.343</b>	<b>9.523.186</b>	<b>1.022.690</b>	<b>70.973.950</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Clidenor Gomes Filho  
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato  
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL. AMAZÔNIA OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI

CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2017	2017	2016 Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>202.845.715</b>	<b>326.652.937</b>	<b>286.251.088</b>
<b>Sobras / (Perdas) ajustadas</b>	<b>(2.043.543)</b>	<b>3.749.927</b>	<b>9.380.996</b>
Sobras do Exercício	(2.218.821)	3.408.967	9.024.463
Depreciações	118.690	227.330	210.321
Amortizações	61.594	122.856	161.149
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	(5.006)	(9.226)	(14.937)
<b>(Aumento) redução nos Ativos</b>	<b>159.268.346</b>	<b>63.126.122</b>	<b>5.172.581</b>
Títulos e Valores Mobiliários	157.624.826	62.408.830	(3.841.840)
Relações Interfinanceiras	-	-	457.394
Operações de Crédito	500.575	345.104	3.805.075
Outros Créditos	1.104.997	358.792	4.720.393
Outros Valores e Bens	37.949	13.396	31.559
<b>Aumento (redução) nos Passivos</b>	<b>45.620.911</b>	<b>259.776.887</b>	<b>271.697.510</b>
Depósitos	-	-	(999.312)
Outras Obrigações	(3.255.284)	(3.615.474)	(12.177.751)
Relações Interfinanceiras	48.876.195	263.392.361	284.955.452
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(80.855)
Relações Interdependências	-	-	(25)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(1.759.999)</b>	<b>(4.349.062)</b>	<b>(1.956.646)</b>
Aumento dos Investimentos	(1.462.724)	(3.625.617)	(2.214.080)
Aquisições do Imobilizado	(108.044)	(523.115)	374.367
Intangível	(189.231)	(200.330)	(116.933)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>9.453.865</b>	<b>13.030.046</b>	<b>9.867.692</b>
Integralizações de Capital	4.982.353	8.647.101	6.829.945
Distribuição de Sobras	-	-	(363.182)
Devolução de Capital	-	(88.567)	(780.226)
FATES	(340.897)	(340.897)	(909.388)
Juros ao Capital	4.812.409	4.812.409	5.090.543
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e aplicações interfinanceiras de liquidez)</b>	<b>210.539.580</b>	<b>335.333.920</b>	<b>294.162.134</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	829.312.918	704.518.578	410.356.444
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre (Nota 04)	1.039.852.498	1.039.852.498	704.518.578
<b>(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>210.539.580</b>	<b>335.333.920</b>	<b>294.162.134</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Dr. Clidenor Gomes Filho**  
Diretor Presidente

**Dr. Dejan Rodrigues Nonato**  
Diretor Financeiro

**Emerson Gomes Figueiredo**  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

**CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZÔNIA  
OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

**Valores em reais (R\$)**

**1. Contexto Operacional**

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZÔNIA OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ - SICOOB UNI**, fundada em **27 de agosto de 2000**. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar 130/2009 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2018.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 33 - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015.

**2.1. Reapresentação dos Saldos Comparativos de 2016**

Os saldos comparativos, relativos a 31 de dezembro de 2016, divulgados em conformidade com o previsto no Cosif 1.22.3.9, estão sendo reapresentados em cumprimento à Resolução CMN nº 4.007/2011, tendo em vista os aspectos e ajustes realizados pela Administração da Central, conforme demonstrado a seguir:

**I) Demonstração das Sobras ou Perdas**

<u>Ativo</u>	<u>Publicação 31/12/2016</u>	<u>Ajuste / Reclassificação</u>	<u>Saldo Reapresentado</u>
Ingressos da Intermediação Financeira	91.427.660	(4.974.967) (a)	86.452.693
Dispêndios da Intermediação Financeira	(86.260.315)	86.275.252 (b)	14.937
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>5.167.345</b>	<b>81.300.285</b>	<b>86.467.630</b>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	9.047.992	(81.300.285) (a), (b)	(72.252.293)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>14.215.337</b>	-	<b>14.215.337</b>

a) Reclassificação dos Ingressos de Depósitos Intercooperativos (R\$ 4.917.709) e Rendas de Participações (R\$ 57.258), apresentados como Ingressos da Intermediação Financeira, para



Outras Receitas Operacionais, em conformidade com o previsto na estrutura da Demonstração de Resultado (Documento 8) do COSIF.

- b) Reclassificação dos Dispêndios de Depósitos Intercooperativos (R\$ 86.251.536), apresentados como Dispêndios da Intermediação Financeira, para Outras Despesas Operacionais, em conformidade com o previsto na estrutura da Demonstração de Resultado (Documento 8) do COSIF.

Os valores reclassificados ajustaram a apresentação da apuração do resultado operacional e não impactaram as sobras líquidas divulgadas pela Central relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## II) Demonstração do fluxo de caixa

Descrição	Publicação 31/12/2016	Ajuste / Reclassificação		Saldo Reapresentado
Caixa líquido da atividade operacional	234.907.347	51.343.741	(c)	286.251.088
Caixa líquido da atividade de investimento	(1.956.646)	-		(1.956.646)
Caixa líquido da atividade de financiamento	16.187.130	(6.319.438)	(d)	9.867.692
<b>Aumento (redução) caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>249.137.831</b>	<b>45.024.303</b>		<b>294.162.134</b>
Caixa e equivalentes de caixa início do período	378.866.161	31.490.283	(c)	410.356.444
Caixa e equivalentes de caixa final do período	628.003.992	76.514.586	(c)	704.518.578
<b>Varição do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>249.137.831</b>	<b>45.024.303</b>		<b>294.162.134</b>

- c) Reclassificação das aplicações no fundo de investimento centralização financeira do fluxo das atividades operacionais para caixa e equivalentes de caixa, tendo em vista atenderem às características de caixa e equivalentes de caixa, conforme definido no item 6 do CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.
- d) Exclusão das destinações para o Fundo de Reserva (R\$ 901.675) e Reserva Especial (R\$ 4.508.375), e inclusão da destinação para o FATES (R\$ 909.388) no fluxo de caixa da atividade de financiamento, tendo em vista as definições de transações que afetam o caixa, conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais,

dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### **d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **l) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **m) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **n) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **o) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### **p) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **q) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do

que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Em **31 de dezembro de 2017** e de **2016**, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	5.425	6.259
Depósitos Bancários	1.113.749	197.935
Depósitos Interfinanceiros (DI)	964.952.860	627.799.798
Bancoob Centralização FI – Renda Fixa	73.780.464	76.514.586
<b>TOTAL</b>	<b>1.039.852.498</b>	<b>704.518.578</b>

#### 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as aplicações estavam assim representadas.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos Interfinanceiros (I)	964.952.860	627.799.798
<b>TOTAL</b>	<b>964.952.860</b>	<b>627.799.798</b>

(I) Refere-se as aplicações realizadas no Bancoob com taxas de 98% e 101% do CDI.

#### 6. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2017** e de **2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
<b>Cotas de Fundo Curto Prazo</b>	<b>4.172.537</b>	<b>20.279.791</b>
BANSICREDI - FUNDO CP	-	14.221.827
BANCO DO BRASIL - CP	4.172.537	6.057.964
<b>Cotas de Fundo de Renda Fixa</b>	<b>110.703.529</b>	<b>159.739.226</b>
BANCO DO BRASIL – Renda Fixa	36.923.065	8.689.873
BANCOOB CENTRALIZAÇÃO FI – Renda Fixa	73.780.464	76.514.586
SICREDI FI – Renda Fixa	-	74.534.767
<b>TOTAL</b>	<b>114.876.066</b>	<b>180.019.017</b>

#### 7. Operações de crédito

##### a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	-	-	-	345.104
(-) Provisões para Operações de Crédito	-	-	-	(9.226)
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>335.878</b>

Os empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2016 foram integralmente liquidados no decorrer do exercício de 2017.

**b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:**

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
A	0,50%	Normal	-	-	45.104	(226)
C	3%	Normal	-	-	300.000	(9.000)
<b>Total Normal</b>			-	-	<b>345.104</b>	<b>(9.226)</b>
<b>Total Geral</b>			-	-	<b>345.104</b>	<b>(9.226)</b>
<b>Provisão</b>					<b>(9.226)</b>	
<b>Total Líquido</b>			-		<b>335.878</b>	

**8. Outros créditos**

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos e Antecipações Salariais	68.481	5.834
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	137.905	62.077
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	167.557
Impostos e Contribuições a Compensar	-	169
Pagamentos a Ressarcir	403.633	555.854
Títulos e Créditos a Receber	180.000	420.000
Devedores Diversos - País	86.835	16.148
<b>TOTAL</b>	<b>876.854</b>	<b>1.227.639</b>

**9. Outros valores e bens**

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Antecipadas (I)	62.828	76.224
<b>TOTAL</b>	<b>62.828</b>	<b>76.224</b>

(I) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, vale alimentação e vale transporte.

**10. Investimentos**

O saldo é, substancialmente, por ações do BANCOOB e cotas de capital do Sicoob Confederação.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bancoob (I)	14.373.736	12.429.084
Sicoob Confederação (II)	4.987.765	3.264.800
Unicred do Brasil	15.000	15.000
Unicred Brasil Central Corretora Seguros Ltda (III)	492.429	492.429
Cotas de participação na CNAC (IV)	185.000	227.000
Marcas e Patentes	4.676	4.676
<b>TOTAL</b>	<b>20.058.606</b>	<b>16.432.989</b>

(I) Ações do Bancoob no montante de R\$ 14.373.736, distribuídas em 3.668.182 ações ordinárias nominais e em 3.176.780 ações preferenciais nominais.

(II) Filiação à Confederação Nacional do Sicoob, com aquisição de quotas de capital, no montante de R\$ 4.987.765.

(III) A Central possui 99% do capital social da empresa Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda. A empresa investida não tem suas demonstrações financeiras auditadas e seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.188.788.

(IV) Referente a investimento na Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

## 11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Terrenos	550.000	550.000	
Edificações	1.055.441	1.055.441	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(253.836)	(211.618)	
Instalações	110.286	103.288	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(58.075)	(48.590)	
Móveis e equipamentos de Uso	583.189	318.304	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(173.375)	(137.347)	
Sistema de Comunicação	166.213	124.570	20%
Sistema de Processamento de Dados	699.812	568.511	10%
Sistema de Segurança	28.989	25.894	10%
Sistema de Transporte	148.190	86.000	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(569.512)	(442.916)	
<b>TOTAL</b>	<b>2.287.322</b>	<b>1.991.537</b>	

## 12. Intangível

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangíveis	884.548	684.259
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(527.819)	(405.004)
<b>TOTAL</b>	<b>356.729</b>	<b>279.255</b>

## 13. Relações Interfinanceiras

Composto por depósitos efetuados pelas singulares na centralização financeira da **Central Sicoob UNI** com liquidez imediata, conforme determinação da Resolução 4.434 do Conselho Monetário Nacional. O valor dos depósitos é ajustado levando em consideração a rentabilidade auferida nos investimentos realizados de acordo com a política da Instituição aprovada pelo conselho de administração.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	1.025.873.104	762.480.743
<b>TOTAL</b>	<b>1.025.873.104</b>	<b>762.480.743</b>

## 14. Outras Obrigações

### a) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (I)	920.044	1.083.880
Cotas de Capital a Pagar (II)	3.700	-
<b>TOTAL</b>	<b>923.744</b>	<b>1.083.880</b>

(I) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não

cooperativos e **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se ao crédito de juros sobre o capital a ser pago da cooperativa desligada SICOOB UNIASACRED.

#### b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições a Recolher	330.270	327.951
<b>TOTAL</b>	<b>330.270</b>	<b>327.951</b>

#### c) Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	258.581	214.524
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	789.899	603.339
Provisão para Demandas Judiciais (Nota 15)	121.070	301.589
Credores Diversos – País (III)	6.034.018	9.541.772
<b>TOTAL</b>	<b>7.203.568</b>	<b>10.661.224</b>

(I) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Fornecedores.

(II) Refere-se a provisão de férias e respectivos encargos sociais e outros valores a pagar relativos a despesas administrativas da cooperativa.

(IV) Refere-se, principalmente, à provisão para pagamento da remuneração dos recursos mantidos pelas cooperativas singulares em centralização financeira em dezembro/2017, no valor de R\$ 5.683.565, a ser efetivamente pago em janeiro/2018.

#### 15. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para demandas judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para demandas judiciais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	121.070	-	111.070	31.341
Outros	-	714.197	-	690.863
<b>TOTAL</b>	<b>121.070</b>	<b>714.197</b>	<b>111.070</b>	<b>722.205</b>

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNI**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

#### 16. Patrimônio líquido

##### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito a um voto.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	58.766.731	45.395.789
Quantidade de Associados	8	9

##### b) Reserva de Sobras – Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **10%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

## b) Reserva Especial

Conforme determinado no artigo 16 do Estatuto Social, o Fundo de Reserva Especial será constituído pela destinação de 50% das sobras do exercício. Este Fundo terá regulamentação própria aprovada pelo Conselho de Administração, que fixará o modo de aplicação e liquidação, e será destinado a promover:

- I- O melhoramento, aprimoramento, racionalização, padronização, implementação e manutenção de controles próprios das atividades e serviços que atendam os objetivos da central e suas filiais no contingenciamento e monitoramento da liquidez.
- II- A racionalização mediante incorporação ou fusão de singulares ou entre filiais e outras não filiais;
- III- O contingenciamento decorrente de migração de sistemas – tecnológico ou não, gastos de organização e expansão da central e singulares filiais.

## c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **29/04/2017**, foi deliberado que as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de **R\$ 2.705.025** será destinado para a reserva legal.

## d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>3.408.967</b>	<b>9.024.463</b>
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(7.713)
<b>Sobra líquida, base de cálculo das destinações</b>	<b>3.408.967</b>	<b>9.016.750</b>
<b>Destinações estatutárias</b>	<b>(2.386.277)</b>	<b>(6.311.725)</b>
Fundo de Reserva – 10%	(340.897)	(901.675)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 10%	(340.897)	(901.675)
Reserva Especial – 50%	(1.704.484)	(4.508.375)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>1.022.690</b>	<b>2.705.025</b>

## 17. Pagamento de Juros ao Capital

A Central Sicoob UNI pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 18. Demonstrações das Sobras e Perdas

### a) Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	-	106
Rendas de Empréstimos	26.041	224.279
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	75.743.591	68.381.797
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	17.567.094	17.846.511
<b>TOTAL</b>	<b>93.336.726</b>	<b>86.452.693</b>



**b) Despesas de Pessoal**

Descrição	2017	2016
Despesas de Honorários	1.165.137	1.122.602
Despesas de Benefícios	999.506	953.722
Despesas de Encargos Sociais	1.684.999	1.456.689
Despesas de Proventos	4.167.635	3.874.455
Despesas de Treinamento	32.135	23.370
Despesas de Remuneração de Estagiários	417	4.351
<b>TOTAL</b>	<b>8.049.829</b>	<b>7.435.189</b>

**c) Outras Despesas Administrativas**

Descrição	2017	2016
Despesas de Água Energia e Gás	69.960	64.836
Despesas de Aluguéis	183.584	19.022
Despesas de Comunicações	133.466	148.177
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	136.859	119.663
Despesas de Material	61.372	43.076
Despesas de Processamento de Dados	267.241	291.223
Despesas de Promoções e Relações Públicas	148.800	153.316
Despesas de Propaganda e Publicidade	82.797	93.941
Despesas de Publicações	7.180	7.450
Despesas de Seguros	9.064	16.112
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	16.118	19.402
Despesas de Serviços de Terceiros	33.676	70.858
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	34.228	2.063
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	383.888	224.396
Despesas de Transporte	28.743	17.073
Despesas de Viagem no País	75.287	213.175
Outras Despesas Administrativas	161.713	128.385
Despesas de Amortização	122.856	161.149
Despesas de Depreciação	227.330	210.320
Despesas de Provisões Passivas	40.682	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.224.846</b>	<b>2.003.637</b>

**d) Outras Receitas Operacionais**

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	132.528	201.745
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.631.604	4.917.709
Dividendos	1.470.072	1.149.466
Deduções e Abatimentos	280	274
Rateio de Despesas da Central Entre Filiadas	10.263.000	10.018.174
Atualização Depósitos Judiciais	186.617	-
Rendas de Repasses Delcredere	24.772	22.843
Outras Rendas Operacionais	1.994.890	7.134.535
<b>TOTAL</b>	<b>18.703.763</b>	<b>23.444.746</b>

**e) Outras Despesas Operacionais**

Descrição	2017	2016
Perdas - Falhas de Gerenciamento	168.097	-
Multa e Juros Diversos	5.653	3.865
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	93.321.928	86.251.536
Outras Despesas Operacionais	-	219.972
Passivos Trabalhistas	-	2.070
Contrib. Mensal ao Fundo de Desenvolvimento Sicoob	912	5.219
<b>TOTAL</b>	<b>93.496.590</b>	<b>86.482.663</b>

**f) Resultado não Operacional**

Descrição	2017	2016
Ganho de Capital	-	12.010
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(42)
Outras Despesas não Operacionais	(872)	-
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(872)</b>	<b>11.968</b>

## 19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas jurídicas filiadas a esta Central, e também à Confederação, as quais influenciam mensalmente para o resultado desta Instituição.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

### a) Singulares

Transação	Ativo/(Passivo e PL)	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Valores a receber / a pagar</b>		
Operações de Crédito	-	335.878
Rateio/Alocação Filiadas	358.021	508.024
Centralização Financeira	(1.025.873.104)	(762.480.743)
Remuneração da Centralização Financeira	(5.683.565)	(8.424.964)
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital Social	(58.766.731)	(45.395.789)
Transação	Receitas/(Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito	26.041	224.279
Rateio/Alocação Filiadas	10.263.000	10.018.174
Centralização Financeira	(93.321.928)	(86.251.536)

### b) Remuneração paga a administradores

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo SICOOB UNI do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

Descrição	2017	2016
Honorários	1.143.376	974.505
Cédulas de Presença	-	14.915
<b>TOTAL</b>	<b>1.143.376</b>	<b>989.420</b>

Ainda conforme decidido na Assembleia Geral, a cédula de presença por reunião do Conselho de Administração e Fiscal, será custeada diretamente pela cooperativa singular representada, com valor correspondente àquele pago pela própria singular a seus conselheiros.

## 20. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º .3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atende-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

### 20.1 - Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do SICOOB CONFEDERAÇÃO, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do SICOOB.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)), relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

## **20.2 – Risco de mercado e de liquidez**

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB UNI objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 da Resolução CMN 4.090/2012, o SICOOB UNI aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB UNI possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

## **20.3 – Risco de crédito**

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB UNI objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB UNI aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizada pelo BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB UNI possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

## **20.4 – Gerenciamento de capital**

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB UNI objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a

entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB UNI aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

## 21. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 22. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	64.834.658	50.140.879
Capital Principal - CP	12.398.154	8.667.748
Nível I	16.530.872	11.556.998
Índice de Basileia %	23,49%	25,92%
Razão de Alavancagem (RA) %	5,85%	5,98%
Índice de Imobilização %	4,70%	5,61%
Ativos Ponderados pelos Riscos	25.485.094	19.020.892

**GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2017.**

\_\_\_\_\_  
**Dr. Clidenor Gomes Filho**  
Diretor Presidente

\_\_\_\_\_  
**Dr. Dejan Rodrigues Nonato**  
Diretor Financeiro

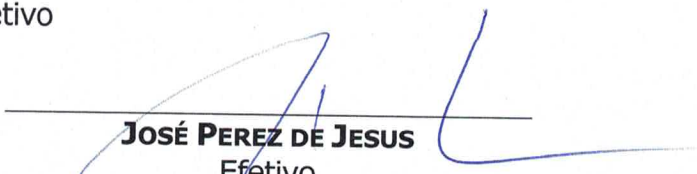
\_\_\_\_\_  
**Emerson Gomes Figueiredo**  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazônia Ocidental e Município de Ubá - SICOOB UNI, em reunião realizada no dia 24 de março de 2018 no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração das Sobras e Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas às demonstrações contábeis e demais documentos e outras informações pertinentes às operações realizadas pela Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazônia Ocidental e Município de Ubá - SICOOB UNI.

Com base nos documentos examinados durante o exercício social, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados pelos colaboradores da área técnica da SICOOB UNI, e tendo em conta, os relatórios e pareceres das auditorias externas realizadas, são de parecer que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e reflete, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral Ordinária.

Goiânia, 24 de março de 2018.

  
**ALEXANDRE SÁVIO OLIVEIRA DE FREITAS**  
Efetivo  
**FERNANDO SANTOS RESENDE**  
Efetivo  
**JOSÉ PEREZ DE JESUS**  
Efetivo